

A photograph of the Tribunal Superior do Trabalho (TST) building. The building is a tall, modern structure with a light-colored facade and a curved, dark glass section. The letters 'TST' are visible on the upper part of the building. The building is set against a clear blue sky with some light clouds. In the foreground, there is a green lawn with several trees and a fence.

TST

PLANO ANUAL DE AUDITORIA

2016

Tribunal Superior do Trabalho



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

**PLANO
ANUAL DE
AUDITORIA**

2016



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

PLANO ANUAL DE AUDITORIA DA SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO - EXERCÍCIO 2016

Aprovado pelo ATO.GP.SECOI nº 664, de 26/11/2015, publicado no Boletim Interno de 27/11/2015.

Atividade	Objetivo	Objetivos Específicos	Auditor/Dia
Unidade Responsável: SECOI			
Assessoramento e Apoio Técnico-Administrativo à SECOI	Prestar assessoramento à Secretaria de Controle Interno no que se refere ao levantamento de informações ou realização de estudos complementares pertinentes à área de atuação de cada unidade.	<ul style="list-style-type: none">o Realizar estudos e reuniões com gestores para definir a metodologia de elaboração e apresentação do Relatório de Gestão do TST relativo ao exercício;o Desenvolver ações de acompanhamento dos normativos internos e externos, em virtude de acarretarem impactos significativos nas diversas áreas de gestão relacionadas ao TST;o Acompanhar, perante o TCU, os processos de interesse deste Tribunal, até a deliberação final; eo Prestar apoio técnico-administrativo em relação aos processos que tramitarão na Secretaria e elaborar relatórios diversos.	90
Implantação e Monitoramento do Projeto de Metas Individuais para Análises de Conformidades	Aperfeiçoar o desempenho da Secretaria de Controle Interno	<ul style="list-style-type: none">o Acompanhar mensalmente o desempenho das Coordenadorias e da SECOI, no que concerne a elaboração dos pareceres de conformidades;o Possibilitar a apuração de eventuais atrasos na emissão dos pareceres;o Emitir relatórios mensais de acompanhamento; eo Estabelecer metas individuais para os servidores da SECOI.	10
Elaboração do Relatório Anual de Atividades	Elaborar relatório contendo as atividades desenvolvidas no exercício anterior, referentes aos trabalhos de monitoramento, conformidade e auditoria das áreas de gestão em que esta SECOI atuou.	Elaborar relatório sob a ótica dos seguintes itens: <ul style="list-style-type: none">o descrição das ações planejadas e executadas, bem como as justificativas para a não realização das atividades planejadas;o descrição de outras ações desenvolvidas que não constavam do planejamento inicial;o medição e avaliação de indicadores;o relato gerencial sobre a gestão de áreas essenciais da unidade, com base nos trabalhos realizados; eo fatos relevantes de natureza administrativa ou organizacional e mudanças de legislação com impacto sobre as atividades desenvolvidas.	50
Auditoria nas Contas	Avaliar a gestão do TST no exercício de 2015, contemplando os aspectos definidos pelo TCU em Decisão Normativa, de forma a certificar a regularidade das contas.	Avaliar a regularidade da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, de pessoas e de tecnologia da informação, sob o foco estabelecido pelo Tribunal de Contas da União.	180
Ações Coordenadas de	Realizar a gestão concomitante, tempestiva e	Executar os trabalhos de auditoria definidos pelo CNJ, avaliando a regularidade do objeto	80



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Atividade	Objetivo	Objetivos Específicos	Auditor/Dia
Auditoria do CNJ	padronizada sobre questões de relevância e criticidade para o Poder Judiciário, bem assim o atendimento aos princípios da eficiência, eficácia, economicidade e efetividade, nos termos definidos pelo CNJ.	de auditoria estabelecido.	
Elaboração e Revisão dos Planos de Atividades de Auditoria	Delinear as perspectivas de atuação de cada Coordenadoria vinculada à SECOI, visando ao cumprimento de suas atribuições regulamentares, mediante a identificação de pontos críticos e frágeis capazes de impactar a execução das estratégias definidas para cada área de gestão.	<ul style="list-style-type: none">o Elaborar o plano de ação detalhado dos trabalhos de auditoria que serão realizados no exercício de 2016, contemplando a motivação da escolha da atividade a ser realizada, os objetivos gerais, a definição do escopo e a quantificação de auditores necessários à execução da atividade;o Avaliar a necessidade de revisão do plano quadrienal para o período de 2014/2017, anteriormente aprovado, com o objetivo de manter a atuação da SECOI alinhada às metas traçadas no Planejamento Estratégico do Tribunal e focada em áreas que apresentem maior risco.	130
Unidade Responsável: CAUPE			
Auditoria da Folha de Pagamento do TST – Retribuição pelo Exercício de Funções Comissionadas e Cargos em Comissão	Analisar a legalidade dos pagamentos efetuados a título de retribuição pelo exercício de FC/CJ, bem como os procedimentos inerentes a esse processo.	Avaliar os seguintes itens: <ul style="list-style-type: none">o cumprimento das formalidades exigidas em regulamento para o exercício de FC/CJ;o aspectos formais relativos à substituição de titular de FC/CJ, bem como o correspondente pagamento;o correção dos valores pagos; eo deduções legais incidentes sobre o valor de FC/CJ.	150
Auditoria da Folha de Pagamento do TST – Verificação das Variações no Subsídio, Vencimento, GAJ, Provento e Pensão	Analisar a legalidade dos pagamentos efetuados por meio das rubricas de Subsídio, Vencimento, GAJ, Provento e Pensão da folha de pagamento do TST, com o intuito de contribuir para o aumento da confiabilidade, segurança dos procedimentos e avaliação dos riscos.	Verificar a consistência do padrão remuneratório validado no procedimento de auditoria anterior.	100
Auditoria da Folha de Pagamento do TST – Cessão e Requisição de Servidores	Analisar a regularidade das cessões e requisições de servidores públicos no âmbito do TST, bem como dos procedimentos inerentes a esse processo e implicações financeiras delas decorrentes.	Verificar os seguintes itens referentes à cessão e requisição: <ul style="list-style-type: none">o cumprimento das formalidades exigidas em regulamento para a cessão/requisição de servidores;o regularidade da imputação do ônus da cessão/requisição ao órgão cedente ou cessionário;o efetivação dos reembolsos financeiros decorrentes da cessão/requisição; e	150



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Atividade	Objetivo	Objetivos Específicos	Auditor/Dia
Auditoria Concessão e Pagamento da Assistência Pré-Escolar	Avaliar a legalidade dos pagamentos efetuados por meio da rubrica da Assistência Pré-Escolar, na folha de pagamento do TST, com o intuito de contribuir para o aumento da confiabilidade, segurança dos procedimentos e avaliação dos riscos.	<ul style="list-style-type: none">o regularidade das prorrogações dos prazos de cessão/requisição. Avaliar os seguintes itens: <ul style="list-style-type: none">o aspectos legais do pagamento do benefício;o qualificação dos beneficiários como dependentes do servidor;o observância da idade limite para percepção do benefício; eo proibição de acumulação do auxílio com outros de espécie semelhante.	100
Auditoria na Contabilização dos Recursos Próprios do Programa TST-Saúde	Analisar os procedimentos de elaboração das demonstrações contábeis e financeiras do fundo TST-Saúde, verificando a efetividade de sua contabilização, de forma que estejam em conformidade com os Princípios Fundamentais de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade e a boa prática contábil.	<ul style="list-style-type: none">o Avaliar a contabilização das consignações mensais constantes na folha de pagamento em favor do Programa TST-Saúde (mensalidades, coparticipações e ressarcimentos);o Analisar a documentação suporte dos livros e da escrituração dos fatos contábeis ocorridos no exercício em análise, verificando se os demonstrativos refletem a correta situação financeira e patrimonial dos recursos próprios do TST-Saúde;o Verificar se as recomendações anteriormente expedidas foram observadas no exercício anterior; eo Avaliar os controles internos a cargo das unidades responsáveis pela contabilização e pela veracidade, fidedignidade e idoneidade dos documentos em que se baseou a escrituração.	90
Análise da Legalidade dos Atos Sujeitos a Registro no Tribunal de Contas da União	Emitir parecer acerca da legalidade dos atos de admissão, aposentadoria e pensão através da análise documental do respectivo processo administrativo e dos assentamentos funcionais, e, ainda, analisar os processos de desligamento.	Analisar os atos de admissão, aposentadoria, pensão e desligamento encaminhados à CAUPE no exercício, por meio de processos administrativos eletrônicos, bem como aqueles que constem como saldo residual do exercício anterior.	540
Controle Prévio dos Atos de Gestão de Pessoal e Benefícios nas situações previstas no Ato SECON.GP.Nº 506/2010	Realizar controle prévio da legalidade dos atos de gestão relacionados a pessoal e benefícios, encaminhados pela Administração do TST, com a emissão de parecer acerca do tema com base na análise documental do respectivo processo administrativo.	Analisar os Atos de gestão encaminhados à CAUPE no exercício, na forma do ATO.SECON.GP.Nº 506/2010, por meio de processos administrativos eletrônicos, bem como aqueles que constem como saldo residual do exercício anterior.	360
Acompanhamento da Observância dos Limites de Despesa com Pessoal Estabelecidos na Lei	Analisar, trimestralmente, a despesa total com pessoal, a fim de prevenir riscos e corrigir desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, verificando se as orientações legais e	<ul style="list-style-type: none">o Verificar a conformidade dos documentos constantes do processo administrativo com os normativos que regulam a matéria;o Validar os dados contidos na minuta do Relatório de Gestão Fiscal-RGF a ser assinado e publicado; e	12



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Atividade	Objetivo	Objetivos Específicos	Auditor/Dia
Complementar nº 101/2000 (LRF)	normativas que regem a matéria foram devidamente observadas.	<ul style="list-style-type: none">○ Verificar o cumprimento do prazo legal da publicidade do RGF no portal da transparência do TST e o seu devido encaminhamento ao Congresso Nacional, Tribunal de Contas da União e Secretaria do Tesouro Nacional/MF.	
Auditoria em Dados Cadastrais/Financeiros em Virtude de Diligência do TCU.	Atender, tempestivamente, as recomendações e diligências expedidas pelo Tribunal de Contas da União, realizando a análise prévia e validação das informações antes da remessa àquele Tribunal.	Verificar a consistência dos dados cadastrais e financeiros constantes dos sistemas informatizados do TST, a fim de encaminhá-los ao Tribunal de Contas da União.	100
Unidade Responsável: CAUGE			
Análise da Conformidade dos Procedimentos Administrativos Especificados no Ato SECON.GP.Nº 506/2010	Apurar os aspectos relevantes da atuação da Administração do TST, com destaque para a aderência dos procedimentos e atos emitidos com os normativos legais vigentes, acórdãos do Tribunal de Contas da União e atos regulamentares emitidos pela própria Administração, bem como a verificação da sua legitimidade, economicidade e eficiência.	Analisar os processos administrativos na forma do ATO.SECON.GP.Nº 506/2010, bem como aqueles que constem como saldo residual do exercício anterior, referentes aos seguintes temas: <ul style="list-style-type: none">○ contratação direta – dispensa e inexigibilidade de licitação;○ licitações;○ adesões à ata de registro de preços;○ doações/cessões de bens;○ alterações contratuais – repactuações, reequilíbrio, reajuste, acréscimo ou supressão;○ pagamentos de bens e serviços; e○ contingenciamento de encargos trabalhistas.	590
Auditoria em Contrato de Aquisição ou de Prestação de Serviço	Avaliar a observância, por parte da Administração, dos aspectos de legalidade, legitimidade e economicidade dos principais eventos/processos de gestão realizados durante a execução dos contratos.	Analisar os contratos de prestações de serviços quanto aos seguintes aspectos: <ul style="list-style-type: none">○ fiscalização contratual;○ recebimento do objeto; e○ pagamento das despesas.	156
Auditoria nos Processos de Gestão Afetos à Segurança da Informação	Avaliar os controles de gestão existentes nos processos de trabalho que garantem a segurança dos ativos de informação do TST.	Avaliar a maturidades das seguintes dimensões do programa de gestão de segurança da informação: <ul style="list-style-type: none">○ governança da segurança;○ planejamento e orçamento;○ organização;○ controles;○ arquitetura e engenharia de software;○ processo e operações;	210



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Atividade	Objetivo	Objetivos Específicos	Auditor/Dia
		<ul style="list-style-type: none">o comunicação e conscientização;o detecção e resposta a eventos;o gerenciamento de ameaças e vulnerabilidades; eo controle e avaliação dos riscos.	
Auditoria no Processo de Engenharia de Software Utilizado no Recebimento dos Artefatos Desenvolvidos nos Contratos de Fábrica de <i>Software</i>	Avaliar o processo de Engenharia de Software que será utilizado na execução dos pontos de função contratados.	Verificar os seguintes riscos apontados pelo TCU no Acórdão nº 2314/2013-Plenário: <ul style="list-style-type: none">o ausência de definição dos artefatos;o exigência de artefatos desnecessários;o alterações, sem controle, nas especificações do sistema no transcorrer da execução contratual;o disponibilização tardia do software para teste e avaliação dos usuários demandantes da solução;o iniciação de uma nova iteração sem que os produtos construídos na iteração anterior tenham sido entregues e validados;o falta de comprometimento da unidade demandante (negócio) com o projeto;o falta de conhecimento do participante do negócio no projeto;o falta de conhecimento da equipe da fábrica contratada;o dificuldade de comunicação entre a equipe contratada e a unidade demandante do projeto;o excessiva dependência da visão do indicado pela área de negócio no projeto;o falta de planejamento adequado; eo pagamento em duplicidade pelas mesmas funcionalidades. Analisar, ainda, os seguintes requisitos tecnológicos: <ul style="list-style-type: none">o conformidade dos softwares entregues à arquitetura de software existente no TST;o conformidade dos softwares produzidos com as práticas definidas no PMBOK, CMMI e MPS-BR;o conformidade com o modelo Moreq-jus do CNJ para as aplicações judiciárias;o conformidade com as normas de acessibilidade previstas no Decreto nº 5.296/2004 e no modelo de referência e-MAG;o integração entre os ambientes de desenvolvimento da contratada e do TST;o existência de sala para videoconferências para comunicação entre as equipes;o compatibilidade das aplicações web com os navegadores Internet Explorer, Firefox e Chrome; eo artefatos de Engenharia de Software previstos na metodologia do contrato (PA	180



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Atividade	Objetivo	Objetivos Específicos	Auditor/Dia
		503.019/2014).	
Auditoria no Subalmoxarifado de Material Permanente da SETIN	Verificar o desempenho da área auditada, por meio da análise de suas atividades e funções, visando solucionar possíveis problemas ou preveni-los e, com isso, evitar demandas desnecessárias e infrações administrativas, auxiliando a Administração do TST na consecução de seus objetivos.	Analisar os procedimentos internos referentes às compras, aos recebimentos, aos registros, à guarda, à movimentação e distribuição, à conservação, à recuperação, e ao desfazimento dos bens permanentes, bem assim verificar a aderência dos procedimentos realizados aos normativos vigentes, em especial, à Lei nº 8.666/1993, aos Decretos nºs 7.892/2013, 7.746/2012 e 99.658/1990 e aos Atos GDGSET.GP nºs 214/2011 e 337/2008.	70
Auditoria nos Processos de Concessão e Prestação de Contas de Suprimento de Fundos	Verificar a aderência dos procedimentos realizados nos processos de concessão de suprimento de fundos aos normativos vigentes, em especial, à Lei nº 4.320/1964, ao Decreto-Lei nº 200/1967, ao Decreto nº 93.872/1986 e ao Ato SEAOF.GDGSET.GP nº 448/2009.	Analisar os aspectos relativos à formalização do processo, à justificativa da concessão do suprimento de fundos, à autorização do ordenador de despesa, ao valor da despesa, ao prazo de aplicação e à prestação de contas do agente suprido.	85
Auditoria no Sistema de Conservação Predial	Avaliar a observância por parte da Administração dos aspectos de legalidade, legitimidade e economicidade dos principais eventos/processos de gestão que são realizados no sistema de conservação predial.	Avaliar os aspectos relativos à fiscalização contratual, ao recebimento do objeto e ao pagamento das despesas.	140